



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA - REUNIÃO 10 de julho de 2015

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e quinze, pelas dezassete horas, reuniu, na Câmara Municipal de Leiria, o Conselho Municipal de Educação (CME), presidido pela Vereadora da Juventude, Educação e Biblioteca, Dr.^a Anabela Graça.

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:

1. Aprovação das alterações ao Regimento do Conselho Municipal de Educação de Leiria;
2. Balanço do ano letivo 2014/2015;
3. Educação Especial no concelho de Leiria: identificação de problemas e soluções;
4. Outros assuntos.

Os trabalhos iniciaram com a votação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por maioria, com 7 abstenções.

No ponto um, procedeu-se à votação das alterações ao Regimento do Conselho Municipal de Educação de Leiria (*Anexo1*), que foram aprovadas por unanimidade. Contudo, surgiram algumas dúvidas em torno do artigo 9.º, decorrentes das alterações à constituição do CME introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2015 de 11 de maio. Ficou acordado que o município colocaria as seguintes questões à DGEstE:

1 – Na alínea f) do artigo 5.º, passam a integrar o CME “os diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município”. O que se entende por “escolas não agrupadas”? Apenas escolas públicas? Ou todas as que não estão inseridas em agrupamentos, incluindo as privadas?

2 – Na composição do CME, além dos diretores, a legislação mantém os representantes do pessoal docente (ensino básico público; da educação pré-escolar pública; do ensino secundário). À semelhança das representações das outras instituições/organismos, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) indicará ao Município de Leiria os nomes dos respetivos representantes?

Quanto ao ponto dois, balanço do ano letivo 2014/2015, a Dr.^a Anabela Graça referiu a reunião de diretores realizada a 26 de junho onde foi efetuada a análise e reflexão do trabalho conjunto desenvolvido ao longo do ano letivo e cujo documento se anexa (*Anexo 2*). Realçou que as propostas apresentadas pelos conselheiros ao longo do último ano foram tidas em consideração na operacionalização da política educativa do município. A este nível foi reforçada a importância do Projeto Educativo Municipal (PEM) enquanto documento estratégico, que se apresenta consolidada numa posição apresentada ao CME, que reúne a oferta dos projetos pedagógicos que sustentam cada um dos eixos do PEM.

A título de balanço foi referido que, na sequência da avaliação ao projeto “Like Saúde”, o Município de Leiria juntamente com os parceiros que trabalham a área da saúde, estão a ultimar um Plano Local de Saúde Escolar, de modo a reforçar a necessidade de articulação entre os diversos parceiros que trabalham esta área.

Neste contexto, a Dr.^a Odete Mendes apresentou as dificuldades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Leiria, nomeadamente no que se refere à constituição da equipa técnica, alertando para a necessidade de o professor destacado pelo MEC para a CPCJ reunir um perfil profissional adequado e disponibilidade pessoal para o



desempenho do cargo. Reforçou a necessidade de sermos criteriosos na seleção dos técnicos face às especificidades daquele organismo.

A propósito da CPCJ, a Dr.ª Anabela Graça apresentou o relatório enviado pela presidente da CPCJ de Leiria, anexo a esta ata (*Anexo 3*).

Ainda, neste âmbito, a Dr.ª Odete Mendes apresentou a possibilidade de dinamizar uma campanha contra os “maus tratos”, que consiste em trabalhar ao nível da prevenção e que seria interessante implementar junto dos diretores de turma, alertando-os para os *timings* e de que forma devem ser encaminhadas as crianças para a CPCJ.

No ponto três e no seguimento de solicitação por parte de um conselheiro para abordar a problemática da Educação Especial, a Dr.ª Anabela Graça deu conta que reuniu com todos os coordenadores de educação especial das escolas do concelho no dia 3 de julho, da qual resultou o documento síntese que se anexa à presente ata (*Anexo 4*).

A propósito do Programa de Apoio às Famílias Especiais, criado pelo município e dinamizado nas Unidades de Ensino Estruturado da EB Cruz D’Areia, Marrazes e Dr. Correia Mateus, a Dr.ª Adélia Lopes expressou a vontade de o implementar também na Unidade da EB Coimbra.

Apresentados os constrangimentos inerentes à problemática da Educação Especial, o Dr. Rigoberto Correia, em representação da DGEstE comprometeu-se a levar o assunto à consideração superior.

No ponto quatro, outros assuntos, o Sr. Vítor Lourenço, em representação dos encarregados de educação, solicitou esclarecimentos sobre a vigilância do recreio escolar durante a hora do almoço.

Por sua vez, a Dr.ª Adélia Lopes solicitou que num próximo CME sejam discutidas as zonas de influência das escolas face nova reorganização administrativa, entendendo que este não é apenas um problema do Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel.

Ficou agendado para o dia 23 de outubro o próximo conselho municipal.

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada.

A vereadora da Juventude, Educação e Biblioteca

Anabela Graça